



ARTIGOS



Movimentos de resistência frente à ofensiva antigênero

experiências que produzem efeitos na
escola

Juliana Lapa RIZZA, *Universidade Federal do Rio Grande*

Joanalira Corpes MAGALHÃES, *Universidade Federal do Rio Grande*

Paula regina Costa RIBEIRO, *Universidade Federal do Rio Grande*

O objetivo desse texto é discutir os movimentos empreendidos no âmbito do Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero enquanto uma estratégia de resistência diante dos avanços do movimento antigênero. A partir da atual conjuntura, no que tange ao debate das questões de gêneros e de sexualidades na escola, o Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero pode ser entendido como um contraespaço, ou seja, uma estratégia de resistência aos avanços da frente contra “ideologia de gênero”, bem como ao enfrentamento diante do contexto de retrocessos no campo da Educação. Entender o projeto, enquanto uma estratégia de resistência que cria possibilidades, implica suscitar acontecimentos. Dentre esses, destacamos, neste texto, quatro: o primeiro movimento de resistência empreendido foi com relação ao nome do projeto, em que optamos, de forma intencional, por colocar a palavra gênero no título; o segundo movimento se tratou da estratégia de um edital que utilizamos para divulgar o projeto, bem como a fim de convidar os/as professores/as a participarem dele; o terceiro movimento de resistência consistiu na organização dos encontros com os/as professores/as que integraram/integram o projeto; e o último movimento se referiu às ações realizadas pelos/as professores/as em suas escolas. Finalizando, acreditamos que um trabalho contínuo e político pode ser condição de possibilidade para que a escola faça o contraponto, reflita, discuta e desestabilize alguns modelos hegemônicos relacionados às temáticas de gênero e de sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gêneros. Resistência. Formação Continuada.



Algumas palavras introdutórias

No ler a lição, não se buscam respostas. [...] a única resposta que se pode buscar na leitura é a responsabilidade pela pergunta. [...] a leitura não resolve a questão, mas a reabre, a re-põe e a re-ativa, na medida em que nos pede correspondência. [...] (LARROSA, 2010, p. 142).

Nessa escrita, buscamos tecer algumas interlocuções com Jorge Larrosa para pensarmos “Sobre a lição”, ou seja, acerca das possibilidades, sempre abertas e inacabadas, que a leitura de uma lição incita. Não é sobre perguntas e respostas ou, ainda, a respeito do que pensamos sobre o texto, mas sim acerca de como somos capazes de pensar e de dizer a partir de um texto que tem, como objetivo, discutir os movimentos empreendidos no âmbito Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero enquanto uma estratégia de resistência frente os avanços do movimento antigênero .

Nesse estudo, entendemos que o texto aqui produzido se constitui a partir das experiências que vivenciamos no âmbito de um projeto que tinha, como proposta, a discussão das questões de gêneros e sexualidades com um grupo de professores/as, os quais atuam na Educação Básica. Desse modo, colocamo-nos abertas ao texto, assumimos a responsabilidade, com as perguntas, para que sejamos capazes de pensar a partir das vivências no âmbito do Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero.

As vivências produzidas nesse projeto foram compartilhadas em movimento constante, no tear que tece a nossa vida em meio aos fios que vão sendo entremeados entre si e, dessa forma, vão dando sentido às nossas vivências e produzindo, assim, nossas experiências. Essa tecitura – as experiências vividas e compartilhadas no projeto – foi produzida, então, em meio a muitos fios e se sabendo, também, que não existia um porto seguro onde ancorar nossas mais caras certezas. Logo, foram as incertezas que movimentaram o pensamento e colocaram em suspensão nossas “verdades”.

Pensar as experiências produzidas, aceitar o desafio de conjugar o verbo “experienciar”, esse é, então, o propósito dessa escrita. Larrosa nos provoca a pensar que a experiência não é um conceito, não é uma ideia e não é algo que possa ser medido, qualificado ou explicitado. A experiência, segundo ele, é algo que afeta os sujeitos, que atravessa, que toca, faz pensar e promove mudanças, “as vezes treme, ou vibra, algo que



nos faz pensar, algo que nos faz sofrer ou gozar, algo que luta pela expressão, e que às vezes, algumas vezes, quando cai em mãos de alguém capaz de dar forma a esse tremor, então, somente então, se converte em canto” (2017a, p. 10).

Os/As professores/as que integraram o Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero produziram algumas experiências que emergiram a partir da problematização das questões de gêneros e de sexualidades na escola, as quais nos afetaram e nos atravessaram e que, neste momento, compartilhamos com todos/as aqueles/as que se sintam convidados/as à leitura deste texto e a tecer outros tantos fios, dando, quem sabe, outros sentidos.

Alguns pressupostos

Nos últimos anos, devido a toda uma onda ultraconservadora, que vem provocando uma série de discussões por parte de grupos que se posicionam contra o que denominam “ideologia de gênero”, o debate das discussões de gêneros e sexualidades tem recebido um enfoque negativo, supostamente, em defesa da família tradicional nuclear, da criança inocente e assexuada, do essencialismo biológico, do binarismo de gênero, da heteronormatividade, entre outros. Na concepção de Rogério Junqueira, “‘gênero’, ‘ideologia de gênero’, ‘teoria do gênero’ ou expressões afins são brandidas em tons alarmistas, conclamando a sociedade para enfrentar um inimigo imaginário comum.” (2017, p. 25-26).

Contra-pondo-nos a esses movimentos antidemocráticos e antifeministas, temos buscado, em nossas ações, “suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapam ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos” (GALLO, 2007, p. 99). Suscitar novos acontecimentos, promover resistências, pensar em outras experiências, pensar rizomaticamente, pensar coletivamente, essa vem sendo a proposta do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE/FURG). Assim, buscamos criar trincheiras e práticas de resistência de acreditar no mundo, na escola e na universidade, apostando na possibilidade de suscitar acontecimentos e outras experiências nas ações cotidianas de cada um/a.



A partir da atual conjuntura, no que tange ao debate das questões de gêneros e sexualidades na escola, o Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero pode ser entendido como um contraespaço, ou seja, uma estratégia de resistência aos avanços da frente contra “ideologia de gênero”, bem como ao enfrentamento diante do contexto de retrocessos no campo da Educação. Marlucy Paraíso nos faz refletir sobre isso ao suscitar alguns questionamentos:

Como interromper os ataques que os currículos e os temas gêneros e sexualidades, estão sofrendo, hoje, no Brasil? Como introduzir nesse processo uma resistência que não somente “diga não”, mas que crie possíveis, nestes tempos de políticas reacionárias que querem, entre inúmeros retrocessos, impedir qualquer discussão de gênero no currículo escolar? (2018, p. 07).

Desse modo, não com o intuito de responder a tais questões, mas realizando algumas interlocuções com Michel Foucault, é possível pensar em algumas possibilidades às provocações que Paraíso aborda em seu texto. Os movimentos de resistência constituem-se em lutas que têm, por objetivo, questionar a forma como o saber funciona e circula, como é acionado para determinar e hierarquizar os sujeitos a partir das relações de poder. Em função disso, essa luta, esse movimento de resistência,

Não só enfrenta o poder, mas recusa seu funcionamento administrativo e dá vazão a um saber menos comprometido com o potencial reativo e regulador do poder, um saber que se conecta à outra linha de força, aquela linha fantasma que assombra o poder: a linha vital da criação resistente (ALVIM, 2012, p. 29).

Assim, o Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero constitui-se como um movimento de resistência, uma possibilidade de “criar possíveis” nas escolas de Educação Básica do município de Rio Grande/RS/Brasil. Promover as discussões de gêneros e de sexualidades, no espaço da escola, em tempos como os de hoje, em que há um cerceamento/controlado dessas discussões “é um ato de revolta e resistência. Revolta contra os fluxos instituídos, resistência as políticas impostas.” (GALLO, 2002, p. 173).

Entender o projeto enquanto uma estratégia de resistência que cria possibilidades significa suscitar acontecimentos, levando, para o espaço da escola, aquilo que é vivenciado pelos/as estudantes, ou seja, seus modos de viver e de produzir seus gêneros e suas sexualidades, marcas essas inscritas em seus corpos, formando, assim, resistências efetivas. Então, mais do que descrever os movimentos empreendidos no



âmbito do projeto, ao suscitar alguns acontecimentos que produziram sentidos e significados para nós integrantes/coordenadoras do projeto, nosso desejo, no que se refere a essa escrita, é “abordar as resistências que tem se construído dia a dia às imposições dos grupos reacionários” (PARAÍSO, 2018, p. 8), a fim de que, com isso, seja possível olhar para as possibilidades que estão sendo produzidas acerca do debate das questões de gêneros e de sexualidades no espaço escolar.

No entanto, é importante destacar que pensar essas possibilidades é como suscitar diferenças, ou seja, não há uma única forma de pensar nem de problematizar as pedagogias dos gêneros e das sexualidades na escola, não há algo que possamos chamar de único e universal,. Do mesmo modo, não há algo pronto, à nossa espera, para ser descoberto/desvendado para que possamos ampliar as possibilidades do currículo. Para Paraíso, os possíveis “precisam ser criados, sabendo que não se cava possíveis sem um trabalho sobre nós mesmas. É necessária a criação de outras relações conosco mesmas para inventarmos outras saídas para um currículo e para uma vida.” (2018, p. 12-13).

Dessa forma, foi preciso reinventar-se, desprender-se de algumas amarras que ditavam inúmeras verdades sobre por que, como e quando promover o debate dos gêneros e das sexualidades com os/as professores/as os quais integravam o Projeto. Foi necessário construir uma proposta para que compreendessem as instituições em que atuam enquanto espaços que suscitam esse debate, a partir da criação de inúmeras possibilidades, deixando o inesperado acontecer e tornando-se resistência frente os avanços do movimento antigênero.

A partir disso, entendemos que discutir os movimentos empreendidos no âmbito do Projeto implica repensar e reativar as ações de resistência, que prezam pela multiplicidade de ser e estar na sociedade. Esperamos que se multipliquem para que sejam de conhecimento e possibilidade em outros espaços.

Movimentos de resistência empreendidos

Temos conhecimento de que, em uma sociedade como a nossa, constituída por diferenças, sejam elas de gêneros, etnias, geracionais, sexuais, sociais, raciais, entre outras, “a promoção da cultura do reconhecimento da diversidade pode representar mais do que um irrenunciável compromisso de ordem ética” (JUNQUEIRA, 2007, p. 59).



Contudo, o que existem são inúmeras divergências, uma vez que promover uma pedagogia da inclusão, pensada em níveis gerais, não gera problemas. A problemática se instala “quando se trata de discutir o que deve ser feito, como deve ser feito, quando deve ser feito, quem está habilitado a fazer.” (SEFFNER, 2009, p. 127).

Com base nesse debate, aqueles/as que possuem “posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher, [...], afirmando que ideologia de gênero significa a desconstrução dos papéis tradicionais de gênero” (REIS; EGGERT, 2017, p. 17), defendem que o debate dos gêneros e das sexualidades deve ser promovido pela família e não pela escola. Tais grupos argumentam que a instituição familiar é aquela responsável pelos ensinamentos morais e também por assuntos considerados do âmbito privado.

Entretanto, entendemos que a escola é o lugar das diferenças, embora, durante muito tempo, o discurso recorrente tenha sido de que esse espaço é o lugar da igualdade. Muito de nossa formação e de nossas vivências, enquanto docentes, parece produzir um saber pedagógico que nos leva à produção de olhares que visam à homogeneização: tudo que é igual permanece e o que é diferente, atrapalha, ou seja, deve ser excluído. Conforme Fernando Seffner: “Historicamente, a escola foi marcada por princípios de homogeneidade, e muitos acreditam que só se pode ensinar de modo produtivo em classes homogêneas” (2013, p. 148).

Reconhecer as demandas sociais que chegam à escola, esse é o compromisso dessa instituição que se propõe a pensar e a produzir o processo educativo. Então, é preciso priorizar “um processo escolar em que todos os níveis (inclusive nos cursos de formação de educadoras/es) e é preciso que estejam minimamente articulados com políticas públicas que possam combater e minimizar as injustiças e as desigualdades sociais.” (FURLANI, 2009, p. 298). Com base nisso, torna-se importante pensar políticas públicas que promovam ações afirmativas para os grupos minoritários historicamente.

É nesse momento que a escola emerge como uma instância social potente para a promoção da diversidade e da diferença e é por intermédio dela que ações governamentais têm buscado pautar ações de promoção e de reconhecimento na/para/pela a diversidade. Uma educação alicerçada sobre esse viés possibilita a construção de uma



escola democrática, inclusiva e pautada na cidadania, rompendo com a “sina de ser um local de exclusão.” (SEFFNER, 2009, p. 129).

É perceptível que o panorama das discussões dos gêneros e das sexualidades, no campo educacional, no Brasil, é um tanto preocupante, já que estamos vivenciando um intenso retrocesso no que tange a essas questões, a partir da disseminação de uma espécie de pânico moral, com a falsa ideia de “desconstrução dos papéis de gênero tradicionais e, por consequência, da família, dentro dos ambientes educacionais” (REIS; EGGERT, 2017, p. 20). Em função disso, afirmamos a relevância do debate dessas temáticas no espaço escolar.

Por entendermos a importância das temáticas de gêneros e de sexualidades, enquanto componentes curriculares, é que o Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE/FURG) tem desenvolvido algumas ações, dentre elas o Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero. É importante destacar que, nessa escrita, a proposta não é apresentar o projeto mencionado, mas sim discutir os movimentos empreendidos no âmbito desse projeto, entendendo esses movimentos como sendo estratégias de resistência frente os avanços do movimento antigênero.

Desse modo, selecionamos alguns acontecimentos os quais, de alguma forma, afetaram-nos, ou seja, produziram efeitos e significados, “pode-se pensar que certos fatos são mais importantes que outros, mas mesmo essa importância depende, totalmente, dos critérios escolhidos por cada historiador e não tem uma grandeza absoluta.” (VEYNE, 2008, p. 29).

Então, ao olhar para a história que constitui o Projeto, buscamos os fatos significativos que, de alguma forma, atravessaram-nos nesse processo de constituição enquanto professoras e, igualmente, enquanto pesquisadoras, aquilo que temos buscado em nossas práticas, tanto de pesquisa, quanto de docência; pensar acerca dos gêneros e das sexualidades, bem como de suas interlocuções com espaço da escola.

Ao revisitar essa história que constitui o referido projeto, empreendemos uma varredura, buscando as contingências, os fatos que, para nós, são significativos no interior de tramas históricas. Não temos a pretensão, ao suscitar esses rastros históricos, de demarcar a origem do movimento antigênero no âmbito do projeto, ao contrário, nosso propósito é pensar acerca das emergências, da entrada em cena de forças que, nos embates diários, produzem sentidos às nossas experiências. As



emergências de que falamos, as quais pretendemos olhar e pensar sobre, não entram em cena porque as motivamos, não somos responsáveis por essas emergências, elas se produzem em meio a lutas e a disputas por significados, “são efeitos de substituição, reposição e deslocamento, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas.” (FOUCAULT, 2007, p. 26).

O Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero foi lançado no ano de 2007, tendo, como foco, professores/as da Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio de escolas estaduais e municipais da Educação Básica a fim de que pudessem ser construídas propostas educativas para a promoção de discussões acerca dos gêneros e das sexualidades no espaço escolar, contribuindo para a minimização das representações e dos preconceitos atribuídos às mulheres e aos sujeitos LGBTTI+ – lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais, entre outros.

Quando a proposta do projeto começou a ser pensada/sistematizada, foi preciso dar um nome para essa ação, e esse foi o primeiro movimento de resistência empreendido, que destacamos nessa escrita, para pensar as experiências que produzimos frente os avanços do movimento antigênero. O projeto emergiu em meio a um cenário intenso, em que os Estudos de Gênero estavam (e ainda estão) sendo questionados por uma suposta “ideologia de gênero” que argumentava, e ainda argumenta, que as questões dos gêneros e das sexualidades não devem ser tratadas na escola, ou seja, no âmbito público, já que defende a tese de que essas questões são responsabilidade da família no âmbito privado. No entanto, por entendermos que nesse momento seria importante “opor resistência a este processo, inventando heterotopias no cotidiano escolar, espaços libertários e autônomos nas dobras do espaço estratificado.” (GALLO, 2013, p. 11), no nome do projeto, optamos, de forma proposital, por colocar a palavra gênero.

Nesse contexto, foi um desafio levar, até as escolas da rede pública municipal e estadual da cidade, essa proposta, visto que, como aponta Paraíso:

As estratégias de poder de amedrontar as famílias, de usar chamadas claramente distorcidas e o próprio nome dado ao projeto – Ideologia de gênero – são cuidadosamente colocadas em ação, e têm se mostrado eficientes tanto para desqualificar os estudos e teses de gênero – que dizem que gênero é uma construção histórica e cultural construída em meio a relações de poder– como para convencer



pessoas de que gênero é uma ideologia e um ataque à família (2016, p. 401).

No entanto, mesmo em meio a esses ataques, seguimos com essa estratégia de resistência de nomearmos essa ação como Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero. A palavra gênero gerava, e ainda gera, desconforto por parte de movimentos ultraconservadores, os quais “dizem” defender a família (aquela entendida a partir da união entre um homem e um mulher), a moral e os bons costumes. Para eles, os/as professores/as, ao incluírem no seu cotidiano escolar e nas suas atividades pedagógicas as temáticas em questão, ou seja, aos construir “espaços libertários”, estarão possibilitando a emergência de temas relacionados às vivências e às experiências dos/as alunos/as no que tange à produção dos gêneros e das sexualidades, resistindo, assim, aos ataques mencionados.

Ao possibilitarmos a criação desses espaços, para a inclusão de discussões acerca dessas temáticas, entendemos que estamos propondo, aos professores e às professoras que integraram o Projeto, abrirem-se “para o que acontece, em sala de aula ou nos outros espaços escolares, para além do planejado, do planejado, dos objetivos definidos de antemão.” (GALLO, 2007, p. 100).

Com essa proposta, tivemos, como objetivo, que cada professor/a, em sua sala de aula, em seu trabalho cotidiano, em uma produção coletiva com seus/suas alunos/as, elege-se uma temática, em articulação com as questões de gêneros e de sexualidades, a qual fosse o fio condutor das atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo.

Para tanto, acreditamos que cada professor/a suscitou acontecimentos, em suas salas de aulas, e planejou o ponto de partida “mas sem prever e determinar de antemão o ponto de chegada” (GALLO, 2007, p. 101), isto é, teve o desprendimento de seguir os fluxos dos acontecimentos, os quais propiciaram um processo educativo que tinha, como finalidade, a equidade, o combate à violência, o respeito com as diferenças, entre outros temas.

O segundo movimento de resistência no Projeto, que destacamos nessa escrita, enquanto experiências que produzimos e que nos possibilitaram pensar acerca dos avanços do movimento antigênero, foi a estratégia que utilizamos para divulgar o projeto, bem como o fato de termos convidado os/as professores/as para participarem dele. Como já mencionado, o momento histórico da época de criação do projeto era de



um debate acirrado em diferentes setores da sociedade para manter e/ou retirar a discussão de gênero das escolas.

Em meio a esse caloroso debate, algumas políticas públicas educacionais, dentre elas o Plano Nacional de Educação (PNE), que acabou por refletir em políticas estaduais e municipais, teve retirada a palavra gênero de suas proposições/diretrizes. Para alguns grupos sociais que vêm discutindo as questões de gêneros e de sexualidades, assim como para alguns parlamentares, a retirada do gênero e da orientação sexual do PNE foi um retrocesso para a educação e para a sociedade de maneira geral. Afinal, não promover tais discussões, no espaço escolar, não significa que esses temas estarão fora dos muros da escola.

Possibilitar que as discussões estejam amparadas em um documento legal, que fornece diretrizes para a educação e sobre o qual serão produzidos os planos estaduais e municipais de educação das escolas brasileiras é fazer a escola repensar essas concepções de gêneros e de sexualidades a fim de que promova práticas pedagógicas que visem, efetivamente, à inclusão, à minimização da violência e da discriminação a grupos sociais minoritários, entre outros aspectos. No entanto, para alguns sujeitos, colocar a questão de gênero, no PNE, significa promover o que eles/as chamam de “ditadura gay” e/ou “ideologia de gênero”.

Esse era o cenário quando o Projeto começou a ser divulgado e como estratégia de resistência a esse movimento que tinha, como objetivo, proibir a discussão de gêneros e de sexualidades nas escolas. Abrimos um edital público disponibilizado por meio do Sistema de Inscrições da Universidade para que os/as professores/as que desejassem participar pudessem se inscrever. Dentre os requisitos para inscrição, o/a professor/a deveria preencher um formulário de inscrição e anexar a carta de intenção, justificando o interesse em participar. Além disso, deveria apresentar a carta de aceite da escola para integrar o Projeto, salientando a liberação dos/as professores/as inscritos/as.

Dessa maneira, “o convite ao embarque que aqui se apresenta pretende traçar outras rotas, menos previsíveis, que levam a abdicar do conforto, da segura âncora histórica oferecida por pedagógicos textos, para transitar pelos incertos caminhos do agora” (GALLO, 2015, p. 15), ou seja, convidamos os/as professor/es a se aventurarem no campo dos gêneros e das sexualidades, não com o propósito de criar modelos novos, mas, simplesmente, com o intuito de se elaborarem outras formas de se



discutir essas temáticas. Assim, o edital público, que contava com a assinatura/autorização da direção como uma forma de fortalecer um acordo entre a escola, a universidade e o debate de gêneros e sexualidades, configurou-se como uma estratégia de resistência, significou abrir brechas para se pensar o debate dessas questões diante do cenário de negação e contestação das abordagens desses assuntos na escola.

No desenvolvimento do Projeto, com ele já sendo aplicado, destacamos, nessa escrita, o terceiro movimento de resistência empreendido, o qual produziu sentidos e significados, possibilitando-nos pensar sobre o movimento antigênero. Estamos nos referindo aos encontros realizados com os/as professores/as que integraram/integram o projeto; às palestras que realizamos com as famílias/comunidade escolar a fim de explicar as problematizações que seriam tecidas, bem como para esclarecermos o que eram os estudos de gênero e o que significava “ideologia de gênero.

Os/As professores/as que integraram/integram o projeto participaram de encontros mensais, organizados pela equipe do grupo de pesquisa. Esses tinham, como proposta, a discussão de referenciais teóricos e pedagógicos acerca dos gêneros e das sexualidades. Buscamos discutir, nesses encontros, a partir do campo dos Estudos Culturais, nas suas vertentes pós-estruturalistas, bem como em algumas proposições de Michel Foucault, que as questões dos gêneros e das sexualidades se referem ao papel das culturas, dos sistemas de significação e de suas relações de poder. Ademais, essas questões estão implicadas na constituição dos sujeitos.

Além desses encontros que aconteciam na universidade, os professores e as professoras que integraram o projeto tinham encontros mensais, realizados nas escolas, com a equipe do Projeto para planejar as atividades e propostas que foram desenvolvidas ao longo do período letivo. A partir dessas reuniões, as escolas desenvolveram algumas ações, as quais possibilitaram a problematização de algumas questões, a saber: promoção da igualdade e da equidade de gêneros; educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica, não transfóbica e não lesbofóbica; combate ao sexismo, à misoginia e ao machismo.

Outro elemento o qual entendemos enquanto uma estratégia de resistência e que está articulado e esse movimento que diz respeito às ações vinculadas ao desenvolvimento do projeto, foi o encontro com as



famílias. Para resistir aos ataques que os estudos de gênero estavam sofrendo, cenário vivenciado quando o Projeto começou a ser divulgado e desenvolvido, foi preciso dialogar com as famílias com o objetivo de contextualizar e explicar as discussões que os/as professores/as estariam promovendo nas escolas.

As famílias apresentaram uma preocupação de que não houvesse discussões sobre prática sexual e a respeito dos órgãos genitais ou, ainda, demonstraram apreensão de que a escola fosse transformar meninos em meninas e vice-versa, de modo a destruir as famílias. Essas ressalvas das famílias estão permeadas pelos discursos do movimento antigênero, o qual defende a ideia de que as questões morais, religiosas, ideológicas e os valores são discussões de cunho privado, para serem realizadas no âmbito da família, que à escola cabe o “papel” de ensinar, e isso compete às questões das ciências, letras e artes. (FURLANI, 2020).

A discussão da produção de um currículo que reconheça as novas demandas sociais que chegam às escolas, dentre elas as produções/construções de gêneros e de sexualidades que vêm sendo realizadas pelos sujeitos, tem se tornado um discurso em forte ascensão. Logo, buscamos empreender um movimento de resistência frente ao discurso antigênero a partir da reflexão acerca das relações de poder/saber presentes nesses currículos, entendidos como “território de produção, circulação e consolidação de significados” (COSTA, 2005, p. 38), para que possamos pensar o quanto é por meio de um “processo de intervenção social que certos conhecimentos acabam fazendo parte do currículo e outros não” (SILVA, 2007, p. 148), produzido assim algumas desigualdades sociais.

E, por fim, apresentamos e discutimos, nessa escrita, o quarto movimento de resistência empreendido no âmbito Projeto enquanto uma estratégia de resistência e que produziu efeitos em nossa atuação enquanto professoras e pesquisadoras. Esse movimento diz respeito às ações realizadas pelos/as professores/as que integraram/integram o projeto.

A partir das discussões teóricas promovidas nos encontros, das trocas de experiências e das orientações realizadas em cada escola, foi possível perceber os movimentos de cada professor/a para a produção/organização de suas ações no âmbito do projeto, levando em conta as vivências, os anseios e os desejos dos/as alunos/as. Observamos que os/as professores/as construíram uma experiência pedagógica que, de



alguma forma, possibilitou que assuntos que estão na ordem do discurso – diferentes configurações familiares, amor, transexualidade, entre outros temas – tornassem-se pauta de debate nas escolas em que atuam.

Destacamos alguns exemplos de experiências pedagógicas, a partir de alguns projetos realizados pelos/as professores/as, como: “Ronaldo o Rosa e o Azul”. Esse teve, como objetivos, oportunizar discussões sobre as temáticas de corpos, gêneros e sexualidades a partir do debate acerca das profissões, cores, vestimentas, entre outros aspectos que a sociedade vem produzindo para homens e mulheres, meninos e meninas. Ele também teve o propósito de discutir a questão das sexualidades e dos gêneros com a família das crianças; desmistificar tabus e preconceitos em relação a esses temas; possibilitar que crianças e famílias pudessem entender que existem múltiplas formas dos sujeitos viverem e produzirem a sua masculinidade e feminilidade.

Outro projeto interessante foi o denominado “Pensando Gênero na Infância”, o qual problematizou as questões dos gêneros, ou seja, os binarismos. Foram organizadas tendas na escola para desvendar um enigma. Na primeira tenda - sensações: a ideia de gênero começa a se constituir pelas sensações prazerosas ou não que tivemos na infância. Diferentes tecidos, esponjas, celofanes, penas, massinha de modelar provocaram múltiplas sensações. A segunda tenda, chamada livros, trazia livros infantis que abordavam questões que tratavam do preconceito, pensando nas desigualdades e também no quanto separamos o mundo em coisas de meninas e meninos. Na terceira tenda – brinquedos – esses objetos foram divididos em cores e lados – “de meninas” e “de meninos” – para provocar o pensamento: mas isso realmente é preciso? As crianças, ao entrarem na tenda, misturavam os brinquedos, demonstrando que não precisamos fazer separações para brincar. A quarta tenda – apresentação da placa do “Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero” e diálogo com a comunidade escolar sobre qual a proposta da escola para trabalhar com os gêneros; Discutindo gênero/respeito: educar crianças para a diferença é ensinar sobre compreensão e respeito teve, como propostas, compreender as diferenças que constituem cada ser e respeitar suas escolhas; promover a igualdade e a equidade de gênero; e entender a pluralidade de famílias existentes.

Já com o projeto “Desconstruindo os clássicos”, foi buscado se debater “papéis” de homens e mulheres nas histórias infantis; questionar “papéis” sociais exercidos hoje; problematizar as diversas identidades de



gêneros; reescrever contos de fadas; produzir um livro com as novas versões das histórias; problematizar junto aos/às professores/as situações cotidianas da rotina escolar em que ocorre discriminação de gêneros (filas, separação de grupos, entre outros aspectos). Muito além do rosa e do azul foi uma iniciativa que teve, como objetivo, promover a igualdade de gêneros por meio de jogos, brinquedos e brincadeiras. Para tanto, foram desenvolvidas algumas atividades, a exemplo de: observar a forma como os/as alunos/as se reuniam para brincar na Educação Física a fim de perceber as relações de colaboração e de cooperação que são estabelecidas entre as crianças; contar a história “Maria e o jogo de futebol”, presente no livro “Histórias de Maria: escola”.

O projeto denominado de “O olhar não é mais o mesmo: discutindo as desigualdades de gênero” teve o intuito de conhecer os diferentes tipos de violência doméstica e a Lei Maria da Penha; problematizar discussões acerca do tratamento dado à mulher em algumas letras de músicas; conhecer a história de cada nome dos/as alunos/as; entender que não existem atividades específicas para homens e mulheres; discutir sobre esportes e os estereótipos de gêneros; pesquisar sobre a importância da igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho; e desenvolver valores como respeito, solidariedade e cooperação. Já a iniciativa intitulada Amor e diferenças discutiu acerca do amor e suas diferentes possibilidades, seja na família, entre amigos ou em qualquer relação, ressaltando o respeito às diferentes formas de amar, tais como as famílias monoparentais, relações homoafetivas, amizades entre diferentes gêneros, entre outros.

“Sonhos & medos – O que guardo na bolsa amarela?”, outro projeto, teve, como proposta, promover o respeito e a igualdade de gêneros na escola; relacionar os problemas apontados nas obras literárias (tais como as diferenças como meninos e meninas são tratadas, os estereótipos em torno da dicotomia masculina e feminina, os direitos e os deveres interpretados de forma diferente quando relacionados ao gênero) à realidade da escola e do bairro; discutir sobre o respeito e a igualdade; registrar, no diário, os sonhos e medos que cada um/a possuía, a fim de conhecer-se melhor e valorizar-se, entre outros.

O projeto “Produção de artefatos culturais” a partir da narrativa de adolescentes analisou narrativas dos/as adolescentes sobre sexualidade e igualdade de gêneros; discutiu e problematizou com os/as alunos/as, a partir da visualização de filmes e vídeos, temáticas



escolhidas por eles/as; e produziu artefatos culturais (vídeos e blog) com os/as alunos/as sobre a temática desenvolvida.

A iniciativa denominada “Cine Debate” teve, como proposta, debater, com integrantes da comunidade da escola, a temática gênero e seus entrelaçamentos com certas questões, tais como: violência, discriminação, exposição na mídia, gravidez, anticoncepção e riscos de uma relação sexual sem prevenção, entre outros temas possíveis, advindos dos debates estabelecidos com os alunos. Por fim, o projeto chamado Gênero. Sexualidade. Discurso promoveu a problematização de questões referentes aos gêneros e às sexualidades nas turmas de 3º ano do Ensino Médio, procurando direcionar os/as alunos/as a pensarem a respeito da construção de posições definidas como padrões historicamente ditos “normais”, que, em processo de hierarquização e de normatização, atribuem valores desiguais ao “diferente”.

Algumas considerações

[...] aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos. (LARROSA, 2017, p. 25).

Imersas no jogo de palavras proposto por Larrosa, passamos a pensar sobre as marcas, aquilo que nos toca e nos atravessa, o que adquire sentido. Enfim, a respeito dos efeitos que os movimentos empreendidos no âmbito do Projeto produziram enquanto uma estratégia de resistência frente os avanços do movimento antigênero. É importante destacar que, ao pensar acerca desses efeitos, partimos do entendimento de que eles se produziram tanto no âmbito educacional, no que concerne ao debate acerca das questões dos gêneros e das sexualidades, quanto em âmbito profissional, na prática pedagógica e de pesquisa. Essas são marcas que foram escritas e inscritas e que, de algum modo, produziram experiências.

Ouvir, demorar nos detalhes, abrir os olhos e os ouvidos, ter paciência, dar espaço, calar-se, cultivar a arte do encontro, são algumas atitudes que, segundo Larrosa (2017), são necessárias para que a experiência, a possibilidade para que algo nos toque, aconteça. Ao longo do Projeto, esses foram alguns dos movimentos que buscamos empreender, bem como buscamos cultivar alguns encontros, sejam eles nas interlocuções com os/as professores/as, com as famílias e a



comunidade escolar em geral ou com os integrantes do Projeto. Por intermédio dessa polifonia (LARROSA, 1996) de vozes, o projeto foi se desenhando, ganhando sentido e produzindo alguns efeitos.

Algumas das experiências pedagógicas apresentadas neste texto não são propostas que visaram criar modelos novos, mas, simplesmente, que procuraram formas outras de discutir as temáticas de gêneros e de sexualidades. Tais propostas tratam-se de estratégias de resistência, uma vez que abriram brechas para se pensar o debate dessas questões diante do cenário de negação e de contestação dessas discussões na escola. Conforme Gallo (2013, p. 81): “Dentro da máquina opor resistência, quebrar os mecanismos, como ludistas pós-modernos, botando fogo na máquina de controle, criando novas possibilidades”, essa foi a aposta desse grupo de docentes.

O Projeto também criou novas possibilidades junto à Secretaria Municipal de Educação do município, a qual incluiu, no Documento Orientador Curricular do Território Rio-Grandino – Volume 1- Educação Infantil e no Documento Orientador Curricular do Território Rio-Grandino – Volume 2- Ensino Fundamental, as discussões de gêneros e de sexualidades na Educação Básica.

Para finalizar, acreditamos que um trabalho contínuo e político pode ser condição de possibilidade para permitir que a escola faça o contraponto, reflita, discuta e desestabilize alguns modelos hegemônicos referentes às temáticas de gêneros e de sexualidades. Portanto, o Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero se constitui como “uma aposta nas multiplicidades, que rizomaticamente se conectam e interconectam, gerando novas multiplicidades.” (GALLO, 2003, p. 69).

Referências

ALVIM, Davis Moreira. Foucault e o primado das resistências. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 20, p. 22-30, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/55955>

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo; DUQUE, Tiago. Notas sobre uma cruzada moral na era digital: a “Ideologia de Gênero” como uma ameaça à sociedade brasileira. In *El Desangriamento Latino Americano: Un panorama político contemporáneo y la reconfiguración del estado neoliberal. Corporación Universitaria Americana*, 2018. Disponível em:



<<https://improprias.ufms.br/files/2018/09/EL-DESANGRAMIENTO-LATINO-AMERICANO-Livro.pdf>>. Acesso em: 23 de abr. 2020.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 37-68.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. 24. ed. São Paulo: Graal, 2007.

FURLANI, Jimena. Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Pedagogia Queer: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual. In JUNQUEIRA, Rogério (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO. 2009, p. 293-323.

EXISTE “IDEOLOGIA DE GÊNERO”? Entrevista com a doutora em Educação, Jimena Furlani. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/existe-ideologia-de-genero-entrevista-com-doutora-em-educacao-jimena-furlani/> Acesso em 10 de maio de 2020.

GALLO, Silvio. *Educação Menor*: produção de heterotopias no espaço escolar. In Grupo Transversal. *Educação Menor: conceitos e experimentações*. Curitiba: Appri, 2015. p. 75-88.

GALLO, Silvio. Em torno de uma educação menor: variáveis e variações. *Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013*. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_encomendados/gt13_trabencomendado_silviogallo.pdf

GALLO, Silvio. Educação menor: produção de heterotopias no espaço escolar. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa. et al. *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande: Editora da FURG, 2007. p. 93-102.

GALLO, Silvio. Em torno de uma educação menor. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.27, n. 2, p. 169-178, jul./dez. 2002.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Políticas Públicas de Educação: entre o direito à educação e a ofensiva antigênero. In: RIBEIRO, Paula Regina



Costa, (Org.) *Corpo, gênero e sexualidade*. Resistência e (ocupa)ções nos espaços de educação. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018. p. 179-210.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de Gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Org.) *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Editora da FURG, 2017. p. 25-52.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande: Editora da FURG, 2007. p. 59-69.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: LARROSA, Jorge. *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 15-34.

LARROSA, Jorge. Prólogo. In: LARROSA, Jorge. *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017a. p. 9-14.

LARROSA, Jorge. Sobre a lição. In: LARROSA, Jorge. *Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 139-146.

LARROSA, Jorge. Narrativa, identidad y desidentificación. In: LARROSA, Jorge. *La experiencia de la lectura*. Barcelona: Laertes, 1996. p. 461-482.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Autêntica, 2012.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Gênero, sexualidade e heterotopia: entre esgotamentos e possibilidades nos currículos. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa, (Org.) *Corpo, gênero e sexualidade*. Resistência e (ocupa)ções nos espaços de educação. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018. p. 7-27.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. *Currículo sem Fronteiras*, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016.



REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Revista Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan./mar. 2017.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. In JUNQUEIRA, Rogério (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO. 2009, p. 125-139.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, jan./mar. 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 156 p.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 2008.



Resistance movements against the antigender offensive experiences that have effects on schools

ABSTRACT: The objective of this text is to discuss the implemented movements in the scope of the Project Escola Promotora da Igualdade de Gênero as a resistance strategy before the advances of the antigender movement. Due to the current situation, regarding the debate of genders and sexualities issues in schools, Project Escola Promotora da Igualdade de Gênero can be taken as a counterspace, that is, a strategy of the resistance towards the advances of the anti “gender ideology” front, as well as confronting the context of setbacks in the field of Education. Acknowledging this project, as a resistance strategy that generates possibilities, implies in bringing forth some events. We highlight four of these events in this text: the first implemented resistance movement concerned the name of this project, which we chose, deliberately, to place the word gender in the title; the second movement was about the strategy of a public notice we used to disclose this project as well as to invite the teachers to participate on it; the third resistance movement consisted on the organization of the meetings with the teachers who composed/compose the project; and the last movement referred to the actions performed by the teachers in their schools. Concluding, we believe that a continuous and political work can be a condition of possibility for schools to make a counterpoint, reflect, discuss and destabilize some hegemonic models related to the gender and sexuality themes.

PALABRAS CLAVE: Genders. Resistance. Continuing Education.

Juliana Lapa RIZZA

Doutora em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professora Adjunta do Instituto de Educação da FURG. Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (Gese/FURG). Coordenadora do Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero. Tem experiência na área de educação, com ênfase nas questões de corpos, gêneros e sexualidades na Educação Básica e na formação inicial e continuada de professores/as. <http://lattes.cnpq.br/0187459530198196>. <https://orcid.org/0000-0003-0985-0282>. ju_rizza@yahoo.com.br.

**Joanalira Corpes MAGALHÃES**

Doutora em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Professora do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências da Furg. Pós-Doutorado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Integrante do GT Pedagógico da Secretaria de Educação a Distância (SEaD), da Furg. Pesquisadora do Grupo de Investigación en Educación y Sociedad (Gies). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (Gese), atuando principalmente nos seguintes temas: gêneros, gênero e ciência, sexualidades, artefatos culturais. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5154939094832400>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9785-6854>. E-mail: joanaliramagalhaes@gmail.com.

Paula Regina Costa RIBEIRO

Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora do Instituto de Educação e dos Programas de Pós-Graduação: Educação em Ciências e Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – Furg. Pós-Doutorado na Escola Superior de Educação de Coimbra/Instituto Politécnico de Coimbra. Pesquisadora do Grupo de Investigación en Educación y Sociedad (Gies). Líder do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (Gese), atuando principalmente nos seguintes temas: corpos, gêneros e sexualidades. Bolsista produtividade 1C do CNPq. <http://lattes.cnpq.br/0516745823012125>. <https://orcid.org/0000-0001-7798-996X>. pribeiro.furg@gmail.com.

Recebido em: 22/10/2020

Aprovado em: 09/11/2020